

Apuração da fraude se atrasa

Uma semana depois de ter sido instalada, a Comissão de Sindicância que apura, na Constituinte, a fraude nas votações feitas através do painel eletrônico ainda não pôde começar a trabalhar. Até ontem, a comissão não recebeu a planilha do serviço de computação que apontará de qual cadeira do plenário foi digitado o código secreto do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que no último dia 9 estava no Maranhão e teve seu voto registrado no painel eletrônico.

Segundo o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, a planilha deverá ser enviada ainda hoje aos membros da comissão. O senador Virgílio Távora (PDS-CE), que preside a apuração, disse que somente após receber o material, a comissão poderá reunir-se para esclarecer a fraude.

— Na hora em que eu receber a planilha, reúno a comissão e estará iniciada a guerra — afirmou Távora.

Ele esclareceu que o trabalho será feito de forma mais completa com as fitas de TV, que auxiliarão na localização do lugar de onde partiu o voto, e na identificação dos parlamentares que estavam próximos. "Procuraremos então, sem vetismo, paixão e apadrinhamentos, identificar quem fez isso", acrescentou.

O deputado José Carlos Martínez (PMDB-PR) informou ter ouvido dos técnicos que trabalhavam no painel eletrônico, que o programa para localizar o lugar de onde partiu o voto de Sarney Filho já está pronto. Disse, porém, que durante o carnaval os técnicos instalaram no painel um sistema de baterias para evitar quedas de energia, o que impediu-lhes de providenciar a planilha para a Comissão de Sindicância. Acrescentou ainda que a TV Bandeirantes já enviou ao Congresso, as fitas referentes às votações do último dia 9.

— No mais tardar segunda ou terça-feira próximas teremos o resultado final do trabalho — afirmou Martínez.

O corregedor da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), confirmou que a comissão tem dez dias úteis para concluir a apuração e reafirmou as penas a que estará sujeito o responsável pela fraude: censura verbal ou escrita, suspensão por 15 dias ou perda de mandato, se aprovada pela maioria absoluta da Câmara (294 votos). Arbage informou que caberá à Comissão de Sindicância sugerir a pena a ser aplicada ao responsável.

Justiça não prevê pianista

JOSE LUIZ DE OLIVEIRA Editor de Política

Se o constituinte pianista fosse um simples eleitor que, na ânsia de ver o seu candidato vitorioso, cometesse algum tipo de fraude para ajudá-lo — votando duas vezes, por exemplo — certamente responderia a inquérito na Polícia Federal, que seria instaurado por determinação do procurador eleitoral. Este eleitor seria, então, enquadrado no artigo 309 do Código Eleitoral ("Votar ou tentar votar mais de uma vez ou em lugar de outrem") e estaria sujeito a uma pena de até três anos de reclusão.

Mas a fraude na Constituinte não é da alçada da Justiça Eleitoral, conforme explicou ontem uma fonte do órgão, acrescentando que "o Congresso Nacional deve ter dispositivos para punir este tipo de falta". A fraude do constituinte pianista não encontra tipificação, também, no Código Penal. A princípio, poderia-se supor que se trata de um crime de estelionato, previsto no artigo 171 ("Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento"). A atitude do parlamentar não se enquadra aí porque, de acordo com delegados que já militaram na Delegacia de Estelionato e Fraudes, o objetivo não foi a obtenção de vantagem pecuniária ilícita para o autor ou para outros a quem ele estivesse diretamente ligado.

Dessa forma, a fraude na Constituinte só poderá ser punida pelo próprio Congresso Nacional.

Exército não quer limitação para prisões

A Assessoria Parlamentar do Ministério do Exército trabalhará junto aos constituintes para modificar, na segunda votação, pelo plenário da Assembleia, a redação do parágrafo 24 do artigo 60 da nova Constituição. Segundo assessores militares, a limitação para prisão apenas nos casos de flagrante delito ou por ordem de autoridade judiciária, conforme o texto que foi aprovado pela ampla maioria dos constituintes, dificultará a realização de IPMs — Inquéritos Policiais Militares — que investigam delitos no âmbito interno das corporações militares.

Os IPMs, explica um assessor do Exército, são conduzidos por pessoas indicadas pelo chefe da corporação, que são investidas de autoridade policial e, como tal, podem decretar a prisão preventiva de um suspeito, para investigação. A exigência de participação de uma autoridade judiciária, na opinião do Exército, seria um complicador.

Sem quorum, votação é suspensa

Ulysses lamenta as ausências e marca uma nova sessão para hoje

FOTOS GIVALDO BARBOSA



Logo depois de aberta a sessão, às 15h, apenas 40 constituintes estavam no plenário



A sessão foi encerrada, às 17h. O painel registrava a presença de 233 constituintes

Para o Centrão, nada será votado até segunda

O coordenador de mobilização do Centrão, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), não está preocupado com a perspectiva de ter que trazer a Brasília os membros do grupo para garantir a aprovação de matérias polêmicas votadas durante as sessões de final de semana. Dasso compartilha do sentimento geral dos constituintes presentes à sessão de ontem, quando os trabalhos foram encerrados antes do início da votação por falta de quorum: até a próxima segunda-feira não será possível reunir número suficiente para votar qualquer matéria.

— Quem trabalha nesta Casa há 34 anos sabe que é difícil trazer gente nos fins de semana. É difícil para qualquer um, centristas ou não — observa Dasso. Outro líder do Centrão, deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), concorda inteiramente com Dasso. "Quem conhece esta Casa sabe que não vai ter sessão nem sábado nem domingo. Eu estarei aqui em quantas sessões houver, mas a maioria não estará. Convocar sessões para os fins de semana é como querer fazer furo à água", comenta Cardoso Alves.

Já o deputado Paulo Delgado (PT-MG) acha que a decisão generalizada entre os constituintes de esticar até segunda o feriado de carnaval não é gra-

tuita. "É uma ausência programada. Os prazos da Constituinte estão sendo instrumentalizados pelos setores que não desejam a realização de eleições ainda este ano". Para pressionar os ausentes crônicos a irem até o plenário ao menos para votar, o deputado Paulo Delgado já apresentou à mesa dois projetos de resolução. Um deles propõe a cassação de mandato do constituinte que faltar a cinco sessões consecutivas ou a dez sessões alternadas da Constituinte, salvo doença comprovada ou licença, e perda do subsídio mensal ao constituinte que faltar sem justa causa a três sessões num mês.

O outro projeto, que Paulo Delgado assinou em conjunto com os deputados Octávio Elisio (PMDB-MG) e Luis Salomão (PDT-RJ), propõe a divulgação da lista de ausentes em cada sessão no Diário da Constituinte e no Jornal da Constituinte. "Para aprovar esta Constituição na marra vai ser preciso colocar os constituintes na marra no plenário", disse Delgado ao presidente Ulysses Guimarães na sessão de ontem, pedindo que ele colocasse seus projetos de resolução na ordem do dia.

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) apresentou emenda ao projeto de Constitui-

ção propondo a cassação do mandato de deputados ou senadores que faltem a quatro sessões consecutivas. A emenda de Haroldo Lima foi rejeitada pela Comissão de Sistematização e o PC do B decidiu não reapresentá-la no plenário porque o número de emendas nesta fase é limitado e o partido avaliou que ela tinha poucas chances de ser aprovada.

Haroldo Lima não concorda com a proposta de cassar os mandatos dos constituintes faltosos. "Cassar mandato a essa altura, é uma medida muito antipática, alguns dos ausentes foram eleitos com milhares de votos", observa o deputado comunista. Ele acha que, incluindo o dispositivo no texto da Constituição, a nova regra vai estar valendo desde o início da campanha. "Quem for eleito saberá que está assumindo o compromisso da presença sob pena de perder o mandato".

O inciso III do artigo 35 da Constituição em vigor estabelece a obrigatoriedade do comparecimento de deputados e senadores a pelo menos dois terços das sessões anuais, sob pena de cassação. Até hoje, no entanto, não se sabe de nenhum caso de perda de mandato por excesso de faltas, embora o Congresso sempre tenha tido a "bancada dos desaparecidos".

Fim de semana só atrai Adylyson

A convocação para sessões do próximo sábado e domingo, feita pelo presidente Ulysses Guimarães na última quinta-feira, ainda está de pé. Mas poucos constituintes acreditam na possibilidade de trazer a Brasília quorum suficiente para permitir a votação nos finais de semanas. Uma exceção é o autor da sugestão de convocação de sessões extraordinárias, deputado Adylyson Motta (PDS-RS). Ele acha que este será o último fim de semana vazio no Congresso, por culpa do Carnaval.

A convocação de sessões nos finais de semana foi uma das quatro sugestões feitas por

Adylyson a Ulysses para intensificar o ritmo das votações. As outras são publicar a lista de faltosos no Jornal da Constituinte, proibir as viagens oficiais de constituintes ao exterior e solicitar ao presidente Sarney que adie suas viagens para fora do País para depois da promulgação da nova Carta.

— Nos próximos fins de semana vai estar todo mundo aí. A pressão popular é muito grande e eu não acredito que a irresponsabilidade dos faltosos chegue a este ponto — diz Adylyson, que no seu primeiro mandato como deputado federal tem sido um dos constituintes mais

assíduos ao plenário. Nas fases de discussão do projeto antes da votação pela Sistematização, quando as sessões de sábado e domingo não reuniam mais de meia dúzia de constituintes, Adylyson era invariavelmente um deles.

Segundo o deputado pedesista, Ulysses foi muito receptivo a todas as suas sugestões. Ele acredita que o presidente da Constituinte já tenha solicitado ao presidente Sarney o adiamento de suas viagens ao exterior e está decidido a impedir que os constituintes saiam do Brasil em missões oficiais.

Negociações não superam impasse na estabilidade

Alinda não surgiu no horizonte da Constituinte uma proposta sobre estabilidade no emprego que arrebatasse todas as tendências. O Centrão insiste em "proteger o emprego por meio da indenização", segundo afirmou o deputado José Lins (PFL-CE). As esquerdas garantem, por sua vez, que não participam de qualquer acordo que tenha este teor e propõem que seja garantido no texto constitucional o princípio da estabilidade, remetendo para a lei ordinária toda a regulamentação. Em contrapartida, os parlamentares de esquerda concordam que, enquanto não houver uma definição da lei ordinária, disposições transitórias regulamentem uma indenização para compensar as demissões. Esta é também a posição da liderança do

PMDB. No meio do fogo cruzado, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentou ontem ao presidente Ulysses Guimarães uma proposta alternativa, que "garante o emprego e remete para a lei complementar a conversão da indenização". O texto de Cabral, contudo, desagradou às duas tendências dentro da Assembleia Constituinte.

Elaborado, segundo o relator, com a intenção de "buscar uma fórmula conciliatória que evite que caiamos em um buraco negro", o novo texto define como direito do trabalhador "a garantia de emprego, protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei complementar, que disporá sobre a conversão em indeniza-

ção compensatória, sem prejuízo de outros direitos. Apesar do pequeno número de parlamentares ontem no Congresso, o presidente da Constituinte convocou todas as lideranças partidárias e de grupos para uma reunião hoje, às 10h, no seu gabinete. Será mais uma tentativa de selar um acordo sobre a estabilidade, embora a votação só deva ocorrer a partir da próxima semana.

O presidente Ulysses, ao contrário do que normalmente faz, opinou que "a indenização poderá permanecer no texto, desde que não elimine outras compensações". Depois, disse que a Constituinte deve "fixar algumas exigências ou cláusulas e remeter o assunto, por sua complexidade e extensão, à legislação ordinária".

Apesar dos apelos do presidente da Constituinte, para que todos estivessem presentes à primeira sessão que se realizaria depois do recesso de carnaval, para encerrar a votação do artigo 6º do texto constitucional 325 parlamentares preferiram ontem continuar em seus Estados. Sem outra alternativa, após ter feito a verificação de presença pelo sistema eletrônico de votação, Ulysses Guimarães encerrou a sessão, lamentando o número insuficiente de constituintes em plenário para o andamento dos trabalhos.

"É com tristeza que constato que os apelos que fiz a todos os senhores constituintes, para que aqui estivessem na sessão de hoje, (ontem), não surtiram efeito", lamentou Ulysses antes de encerrar a sessão. Mais tarde ele ficaria se visse que apenas 40 constituintes estavam em plenário quando a sessão foi aberta, às 15h, pelo 2º vice-presidente Jorge Arbage, enquanto era anunciado um número de 121 "presentes à Casa".

Este número foi crescendo pouco a pouco, impulsionado pelo som das campanhas que alertam os constituintes em seus gabinetes de que a sessão já começou. Muitos deles se dirigem ao plenário somente para a votação, quando novamente é anunciada a presença pelo presidente da Mesa. Com a verificação de presença pelo painel eletrônico ficou constatado que não havia quorum suficiente para a apreciação do texto constitucional, que requer 280 membros da Assembleia para ser iniciada. Apenas 234 constituintes responderam à chamada. O painel registrou 233, mas antes de ser anunciado o resultado o deputado José Carlos Grecco

(PMDB/SP) pediu a palavra para esclarecer que tentou registrar seu código mas o sistema indicava "código duplicado".

O número de presentes iniciais subiu para 60 nos primeiros 10 minutos de sessão; às 15h20 já era 90 e às 15h30, 95. Meia hora depois o quorum ainda era de 109, passando a 160 às 17h, quando as campanhas eram mais uma vez acionadas para chamar os constituintes. O presidente Ulysses Guimarães chegou às 16h45, disposto a dar início à votação. Ouviu ainda alguns pronunciamentos no horário destinado às comunicações de lideranças antes de interromper os trabalhos por 10 minutos a fim de dar tempo aos constituintes que estavam em seus gabinetes de chegarem até o plenário e participarem da verificação de presença.

PT

Como acontece em qualquer sessão, mesmo aquelas em que não são realizadas votações do texto constitucional, o PT mais uma vez mostrou uma presença, proporcionalmente, maior na sessão de ontem. Dos 16 parlamentares de sua bancada, 12 já estavam em plenário na primeira meia hora de sessão. Os outros chegaram até a verificação de presença, embora o deputado Olívio Dutra não tenha chegado o tempo de registrar seu nome.

Ulysses marcou nova sessão para as 9h de hoje, esperando que se conclua a votação do artigo 6º, dos direitos individuais e coletivos. O quorum, que ontem já era baixo, deve ser reduzido ainda mais, tendo em vista a proximidade do final de semana.



Collor parou na recepção

Collor vai ao SNI mas é barrado

A ida do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, ao Palácio do Planalto — uma tentativa de forçar uma audiência com o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI — general Ivan de Souza Mendes, transformou-se ontem na principal atração do dia. Despertou, inclusive, a curiosidade de assessores do quarto e terceiro andares do Palácio que procuravam se informar junto aos jornalistas sobre detalhes do incidente.

Oficialmente, ninguém da Presidência da República comentou a presença de Fernando Collor de Mello. Somente no início da noite, a Secretaria de Imprensa do Palácio distribuiu nota sobre o fato na qual assegurava que "o SNI, pela lei, está isento de fornecer certidão e toda a documentação que produz é de caráter sigiloso" e ainda que "a matéria publicada (no Jornal do Brasil) não é de responsabilidade do SNI".

ANOTA

Eis, na íntegra, a nota da Secretaria de Imprensa: "O Governador de Alagoas, Senhor Collor de Mello, desconhecendo as mais simples regras de trabalho administrativo, tentou forçar a entrega, pessoalmente, ao senhor ministro-chefe do SNI, que se recusou a recebê-lo, de requerimento de certidão de idoneidade moral e veracidade de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de ontem, que o acusa de "irrequieto e voluntarioso" e ainda de "ser o criador de marajás quando prefeito de Maceió em 1981".

"O SNI, pela lei, está isento de fornecer certidão e toda a documentação que produz é de caráter sigiloso. A matéria publicada não é de responsabilidade do SNI".

Waldir é duro na resposta ao Presidente

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, declarou guerra ao presidente Sarney, divulgando ontem nota à imprensa respondendo a uma crítica do Presidente sobre o seu desempenho no Ministério da Previdência Social, publicada no último dia 13 pelo Jornal do Brasil. Waldir lamentou que o Presidente "se tenha permitido descer ao nível de comentar a posição política de um cidadão com a ofensa pessoal". O comentário de Sarney, publicado no dia 13, foi o seguinte: "Se fosse por desempenho, o governador Waldir Pires não teria mais do que 60 dias de Governo. Como Presidente, fui, aliás, tolerante em mantê-lo no Ministério por 11 meses". A resposta do governador foi distribuída pela Coordenação de Comunicação Social do governo do Estado.

A INTEGRA

Na nota, que encaminhou diretamente ao Jornal do Brasil, o governador Waldir Pires togue ao estilo ponderado que tem marcado a sua conduta na vida política, adotando, ao contrário, um tom excessivamente duro. E a seguinte a íntegra:

"Li a notícia da declaração do presidente Sarney a meu respeito, publicada na edição do dia 13 último do Jornal do Brasil. A notícia não foi desmentida. O momento nacional requer responsabilidade. Lamento que o Presidente da República se tenha permitido descer ao nível de comentar a posição política de um cidadão com a ofensa pessoal. Não costumo fazer esta a conduta do Dr. Sarney. O Brasil não a tolera. Tenho posição de apoio ao mandato de quatro anos do presidente Sarney porque entendo ser esta, hoje, a vontade da Nação. Não é uma questão pessoal. O regime de transição precisa acabar. Está se degradando. O anseio popular profundo por eleição direta presidencial este ano exprime a esperança de que o País se erga e vença a crise moral, econômica e social que o vem atormentando. O desempenho dos meus 11 meses à frente do Ministério da Previdência, por escolha de Tancredo Neves, de luta corajosa, tenaz, contra a corrupção e o clientelismo e pela eficiência administrativa, na salvaguarda dos interesses da Previdência Social, eu sei que não agradou, seguramente, a alguns. Mas que importa? O julgamento que respeito e me conforta é o que vem da consciência de milhões de segurados e suas famílias, dos companheiros de todos os níveis da administração, servidores da casa, e da opinião pública nacional. Nenhuma força impedirá a continuidade do meu caminho de lealdade à construção da democracia brasileira".

QUEM FOI AO PLENÁRIO

- Acival Gomes, Ademir Andrade, Adylyson Motta, Aécio de Borba, Aécio Neves, Afili Domingos, Ailton Sandoval, Aldo Arantes, Almir Gabriel, Aloysio Chaves, Alvaro Valle, Alysson Paulinelli, Anna Maria Rattes, Antônio Brito, Antônio Câmara, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio Carlos Mendes Thame, Antônio de Jesus, Antônio Gaspar, Antônio Perosa, Arnaldo Faria de Sá, Artenir Werner, Artur da Távola, Assis Canuto, Augusto Carvalho, Benedito Monteiro, Benedita da Silva, Bernardo Cabral, Beth Azize, Benício de Andrade, Caio Pompeu, Cardoso Alves, Carlos Alberto Caó, Carlos Chardell, Carlos Costa, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Célio de Castro, César Maia, Chagas Rodrigues, Christovam Chiaradia, Cid Carvalho, Cunha Bueno, Darcy Deltois, Darcy Pozza, Dasso Coimbra, Délio Braz, Dionísio Dai Pra, Dirceu Tutu Quadros, Divaldo Suruagy, Domingos Juvenil, Domingos Leonelli, Doreto Campanari, Edmilson Valentim, Eduardo Bonfim, Eduardo Jorge, Egidio Ferreira Lima, Elieir Rodrigues, Eraldo Tinoco, Eraldo Trindade, Fábio Feldmann, Farabullin Júnior, Felipe Mendes, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Cunha, Fernando Gomes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Santana, Firmo de Castro, Florestan Fernandes, Floriceno Paixão, Francisco Amaral, Francisco Carneiro, Francisco Rollemberg, Francisco Rossi, Geovani Borges, Geraldo Aickmín Filho, Geraldo Campos, Gidel Dantas, Gonzaga Patriota, Gumercindo Milhomem, Haroldo Lima, Hélio Manhães, Hélio Rosas, Hilário Braun, Humberto Souto, Iram Saraiva, Irma Passoni, Ivo Mainardi, Jarbas Passarinho, Jayme Pallarin, Jayme Santana, Jesualdo Cavalcanti, João Agripino, João Calmon, João de Deus Antunes, João Natal, João Paulo, Joaquim Bevilacqua, Joaquim Suena, Joáfrim Frejat, Jonas Pinheiro, Jorge Arbage, Jorge Bornhausen, Jorge Hage, Jorge Vianna, José Agripino, José Camargo, José Carlos Coutinho, José Carlos Grecco, José Carlos Martínez, José Carlos Sabóia, José Costa, José da Conceição, José Dutra

- José Genóirio, José Geraldo, José Guedes, José Lins, José Luiz Maia, José Maurício, José Meilo, José Paulo Bisol, José Queiroz, José Richa, José Serra, José Tavares, José Teixeira, Juarez Antunes, Júlio Costamilan, Jutahy Magalhães, Koyu Iha, Lael Varela, Lauro Maia, Lidice da Mata, Lourival Baptista, Lúcio Alcântara, Luis Roberto Ponte, Luiz Alberto Rodrigues, Luiz Freire, Luiz Gushken, Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Marques, Luiz Sover, Maguito Vilela, Manoel Castro, Mansueto de Lavor, Márcio Lacerda, Marco Maciel, Marcondes Gadelha, Maria de Lourdes Abadia, Mário Covas, Mário Lima, Mário Maia, Maurício Corrêa, Maurício Fruet, Maurício Pádua, Maurílio Ferreira Lima, Mauro Beneditos, Mauro Miranda, Mauro Sampaio, Meira Filho, Meirens Ribeiro, Michel Temer, Miraldo Gomes, Moema São Thiago, Moyses Pimentel, Nabor Júnior, Naphthal Alves de Souza, Nelson Aguiar, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nelson Seixas, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, Nilson Gibson, Octávio Elisio, Orlando Pacheco, Oscar Correa, Osvaldo Bender, Osvaldo Trevisan, Paes de Andrade, Paulo Delgado, Paulo Macarini, Paulo Palm, Paulo Ramos, Paulo Silva, Pedro Canedo, Pimenta da Veiga, Plínio Arruda Sampaio, Pompeu de Sousa, Rachid Saldanha Derzi, Raimundo Bezerra, Raquel Capiberbe, Renato Johnson, Renato Vianna, Rita Camata, Roberto D'Ávila, Roberto Rollemberg, Robson Marinho, Rodrigues Palma, Ronaldo Carvalho, Ronaldo Cezar Coelho, Ronan Tito, Ruben Figueiro, Ruy Bacelar, Ruy Nedel, Sadleir Hauca, Salatiel Carvalho, Sandra Cavalcanti, Sigmaringa Seixas, Siqueira Campos, Tadeu França, Teimo Kirst, Ubiratan Aguiar, Uldurico Pinto, Valmir Campelo, Valter Pereira, Vasco Alves, Vicente Bogo, Victor Faccioni, Vilson Souza, Virgíldaslo de Senna, Virgílio Guimarães, Virgílio Távora, Vitor Buazi, Vladimir Palmeira, Wagner Lago, Waldyr Pugliesi, Wilma Maia, Ziza Valadares